

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° DE 2019

Requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligência ao município de Itacuruba, para verificar a situação dos quilombolas e indígenas possivelmente atingidos pela implantação da Usina Nuclear as margens do Rio São Francisco.

Senhor Presidente,

Com fundamento no inciso X, artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de diligência ao município de Itacuruba, em Pernambuco, para verificar a situação para verificar a situação dos quilombolas e indígenas possivelmente atingidos pela implantação da Usina Nuclear as margens do Rio São Francisco.

JUSTIFICATIVA

O município de Itacuruba, próximo à floresta, está localizado a 470 km da capital Recife. Estudos foram realizados na região para a possível construção de um Complexo de Usinas Nucleares com a previsão de 6 a 8 reatores. Atualmente, o Brasil conta com as Usinas Nucleares Angra I e

Angra II, equivalente a 2 reatores no total e com Angra III, ainda em construção.

A região é atualmente ocupada por 5 povos e comunidades tradicionais, dentre quilombolas e indígenas. Essas comunidades, em conjunto com Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Pernambuco (UPE), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), Articulação Antinuclear, pastorais da Terra, do Índio, da Pesca, dentre outras, tem atuado com o objetivo de esclarecer os riscos e exigir o direito de consulta prévia à população.

Para além da falta de consulta de forma geral à população a ser atingida (que já sofreu deslocamento forçado em virtude da construção da barragem de Itaparica), as comunidades tradicionais que habitam na região possuem direito à consulta livre prévia e informada (pelos ditames da Convenção 169 da OIT). Inclusive, o Ministério Público Federal (MPF) acompanha vários dos pleitos e demandas deles em Serra Talhada.

O Povo Pankará que se localiza no município fez uma denúncia ao MPF sobre a implantação da Usina, que culminou em um procedimento preparatório, mas infelizmente é quase impossível conseguir informação, pois o tema é considerado de segurança nacional.

O primeiro a tomar conhecimento sobre o projeto de implantação da usina em PE foi o professor Heitor Scalabrin, especialista no tema, e de forma extraoficial por volta de 2011/2012, após esse momento foram realizadas diversas ações locais, como a caravana antinuclear, com o apoio da Diocese de Floresta, e outras organizações como Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A implantação da usina implica em diferentes pautas, proteção dos povos e comunidades tradicionais, meio ambiente, segurança nacional. A instalação do complexo a beira do Rio São Francisco é preocupante se considerarmos que o mesmo corta 5 Estados e mais de 500 municípios. Estudos afirmam que a utilização da água do rio para resfriamento dos reatores pode gerar um aumento de 4° C na temperatura do rio, esse dado é alarmante no que tange os impactos ambientais. A elevação da temperatura é apenas uma das problemáticas, possíveis vazamentos é uma realidade, é imensurável avaliar os futuros impactos.

Foi comprovado a partir de estudos que a escolha do local se deu por alguns fatores:

1. Solo rochoso e estável;
2. Rio São Francisco, abundância de água para resfriamento dos reatores;
3. Proximidade com jazidas de urânio e tório, Vale do Catimbau;
4. Densidade populacional baixa, cerca de 4 mil habitantes.

Nas últimas semanas o tema voltou a ser tratado não só pela mídia como por políticos locais. O Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB), o líder do Governo no Senado, em entrevista ao Frente a Frente, anunciou que irá procurar o governador Paulo Câmara, nos próximos dias, para convencê-lo a aceitar a instalação de uma usina nuclear no município de Itacuruba.

Tem-se, portanto, um quadro de ameaça aos direitos dos quilombolas e dos indígenas da região, de violação da Convenção 169 da OIT. Sendo assim, solicito aos nobres pares apoio a esta diligência.

- Seguem os links de notícias importantes nos últimos tempos sobre o tema.

<https://www.ouricuriemfoco.com.br/fernando-bezerra-coelho-tenta-convencer-paulo-camara-a-instalar-usina-nuclear-em-itacuruba-pe/>

<https://iconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2019/01/22/governo-bolsonaro-quer-retomar-plano-de-construir-ate-oito-usinas-nucleares-369284.php>

<https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-anuncia-novo-ministro-de-minas-energia-almirante-bento-costa-lima-leite-23270383>

<https://jornalggn.com.br/politica/governo-que-acabar-com-o-monopolio-estatal-da-exploracao-de-uranio-no-brasil/>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/eletrobras-quer-investir-r-12-bilhoes-para-finalizar-usina-nuclear-de-angra-3.shtml>

<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-aumenta-em-25-capacidade-de-enriquecimento-do-uranio-23024763>

<https://www.valor.com.br/brasil/6149591/pais-nao-pode-ser-refem-de-preconceito-sobre-energia-nuclear-diz-mme>

<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/12/24/energia-da-usina-angra-3-e-mais-cara-ate-que-geracao-solar-diz-estudo.htm>

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/concluir-usina-de-angra-3-elevaria-a-conta-de-luz-em-pelo-menos-r-66-bi.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/brumadinho-flamengo-angra-e-o-bom-senso.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2019/02/barragem-de-rejeitos-radioativos-acende-alerta-no-setor-nuclear.shtml>

http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/lixo-nuclear-de-extinta-mina-de-uranio-ocupa-area-de-cem-maracanas.html?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar

<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2019/02/18/scalambrini-e-se-houvesse-um-acidente-nuclear-em-uma-usina-instalada-no-rio-sao-francisco/>

<https://portaljatoba.com.br/itacuruba-pe-usina-nuclear-que-pode-ser-construida-na-cidade-comeca-a-gerar-protestos-depois-do-acontecido-no-japao/>

Sala das Comissões, em de maio de 2019.

Túlio Gadelha (PDT/PE)

DEPUTADO FEDERAL